

ROBERTO SMERALDI

Cada sociedade tem as ONGs que merece

Transparece uma ingênua surpresa nas palavras de muitos comentaristas, especialistas e representantes das próprias organizações não-governamentais (ONGs) ao descobrirem que existem entidades cuja atuação é, em alguns casos, inexpressiva e, em outros, fraudulenta. Como se as ONGs — de acordo com a palavra — não fossem meramente a expressão da sociedade em que elas operam. Cada vez que um empresário sonega impostos, se deveria, talvez, levantar os mesmos questionamentos sobre o conceito de empresa?

Essa surpresa só seria justificada numa sociedade em que ninguém se dedicasse a atividades ilícitas, ninguém violasse a legislação trabalhista, ninguém deixasse de pedir nota fiscal. Esse moralismo ingênuo é perigoso, e não apenas porque prejudica o trabalho de quem, entre as ONGs, atua com seriedade e honestidade. Mas também porque, por meio de um raciocínio hipócrita, que estranha a pilantragem do filantrópico, ele contribui para defender a idéia de que quem trabalha com fins lucrativos teria um certo direito em ser pilantra.

O Brasil só agora descobre que existem entidades não-governamentais ineficientes e/ou desonestas simplesmente porque, até meados dos anos 80, o próprio conceito de ONG não era sequer conhecido. Nos países de tradição liberal, onde existe uma história de auto-organização da sociedade civil, os cidadãos aprenderam há muitos anos a distinguir e a escolher entre ONGs, assim como distinguem entre marcas de produtos no supermercado ou entre políticos na hora de votar. Mas, sobretudo, essas entidades têm de ganhar a confiança dos cidadãos, que, en-

quanto doadores, determinam a vida delas com mais ou menos contribuições. Esse mecanismo, fundamental para a articulação democrática, é ainda mais sofisticado em alguns países, onde as doações são isentas de impostos e, portanto, o contribuinte pode até chegar a favorecer o trabalho das

ONGs, diminuindo indiretamente sua contribuição ao governo. Para fazer isso ele precisa confiar nas ONGs. Para confiar ele precisa conhecê-las e, para conhecê-las, elas precisam ser transparentes em relação à procedência de recursos,

cumprimento da lei, capacidade operacional e coerência com seu mandato.

A trajetória para a criação de condições de colaboração social é longa e não-linear, e seria ilusório imaginar que um país possa criar isso tudo por meio de uma onda, de um súbito modismo nascido ao longo do processo de preparação da ECO-92. O fato de o governo Collor ter aberto pela primeira vez o diálogo com a sociedade civil não significa que ela estivesse preparada para isso. Lembro-me de que, então presidente do Comitê Internacional das ONGs, fui recebido com grandes honras por políticos e diplomatas brasileiros que, poucos meses antes, nem teriam deixado um representante de ONG entrar na sala de espera de seu gabinete. Seria um grave erro, do lado do governo, concluir que aqueles espaços devem agora se restringir, pois isso levaria a um atraso no crescimento da sociedade. E também seria um erro, do lado das ONGs mais organizadas e experientes, achar que elas sozinhas têm legitimidade para ocupar aqueles espaços.

Nem todas as ONGs têm regras sobre, por exemplo, as fontes de recursos. Lembro-me ainda de

quando a Amigos da Terra Internacional chegou, em 1991, a expulsar o grupo de Hongcong da sua rede internacional, só por ter aceito uma contribuição, de valor nem muito expressivo, da Shell. O nosso grupo de Hongcong tinha um ótimo desempenho e pelo menos 40 mil sócios no território. Mas, apesar de perfeitamente legal, aceitar dinheiro de uma empresa cujas operações petrolíferas estavam sendo questionadas por infringirem regras básicas na área ambiental iria prejudicar nossa credibilidade junto ao público. Não muitas entidades, no mundo, têm regras desse tipo.

Por isso, é fundamental que as ONGs, assim como qualquer segmento da sociedade, se tornem transparentes e responsáveis junto à opinião pública. A imprensa pode ajudar muito, por exemplo, não dando apenas espaço para ações espetaculares. Também serão necessárias medidas como as previstas na proposta de lei de autoria do deputado Fábio Feldmann, que visa justamente fornecer ao cidadão a possibilidade de avaliar o desempenho e os resultados do trabalho das entidades sem fins lucrativos.

Outro exemplo de preconceito brasileiro é o relacionamento com as ONGs internacionais. Por um lado, elas são percebidas erroneamente como melhores e mais capacitadas *enquanto vindas do Exterior*, isto é, elas são tratadas como qualquer produto importado. Por outro, e pelas mesmas razões, são consideradas uma ameaça à soberania nacional (é interessante como o xenófobo, especialmente quando progressista, associa, freqüentemente, uma equivocada soberania a um complexo de inferioridade). Nem sequer se leva em consideração a diferença entre ONGs internacionais (que operam em vários países do mundo, entre os quais o Brasil) e estrangeiras (com sede

em outros países e que operam no Brasil). Mas, sobretudo, elas são vistas apenas como uma fonte de recursos do Primeiro Mundo. Como se pode ainda pensar, no fim deste século, que a sociedade existe apenas na Europa e na América do Norte? A Amigos da Terra, por exemplo, tem operações, com grupos nacionais regularmente em funcionamento, em 20 países desenvolvidos e 32 países pobres. Em muitos destes, da Malásia ao Chile, do Uruguai à Indonésia, das Filipinas a Gana, os nossos grupos são bem mais poderosos do que os da França ou da Espanha. E no Brasil? Também. Por exemplo, os nossos colegas do Instituto Socioambiental, em São Paulo, operam um sistema de informação geográfica que nenhuma outra ONG do mundo possui.

Enfim, pensar que um governo que não tem condições de controlar o narcotráfico deveria se preocupar em controlar as ONGs é pura fantasia. O papel do governo é apenas implementar a lei, junto a todos os cidadãos, todas as empresas, todas as entidades. Quem não cumpre tem de pagar. O resto será a sociedade que avalia e determina. É o caso do barco da *Greenpeace* no Amazonas. A fim de chamar a atenção da opinião pública para um assunto muito sério (a exploração ilegal de madeira), a entidade chegou a bloquear as operações de um porto. Nem a *Greenpeace*, nem nenhuma outra ONG deve se achar isenta da lei. Como no supermercado, o governo tem de impor que, no produto, estejam impressos a data de vencimento e os ingredientes, assim como os impostos sejam pagos. Cabe ao consumidor escolher o que, além disso, vale a pena comprar.

■ Roberto Smeraldi, coordenador do Programa Amazônia da Amigos da Terra Internacional, foi presidente do Comitê Internacional das ONGs